



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE COTIPORÃ
A Joia da Serra Gaúcha!

PROJETO DE LEI Nº 089/2025, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

***AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A
CONCEDER DESCONTO PARA PAGAMENTO
DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE
PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU,
EM PARCELA ÚNICA, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.***

JOSÉ CARLOS BREDÁ, Prefeito Municipal de Cotiporã, Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder um desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor do IPTU para contribuintes que optarem pelo pagamento em parcela única, com vencimento até o dia 20 de março de 2026.

Art. 2º. Para os contribuintes que optarem pelo parcelamento, o mesmo ocorrerá em cinco vezes, vencendo a primeira no dia 20 de abril de 2026 e as demais respectivamente nos meses subsequentes.

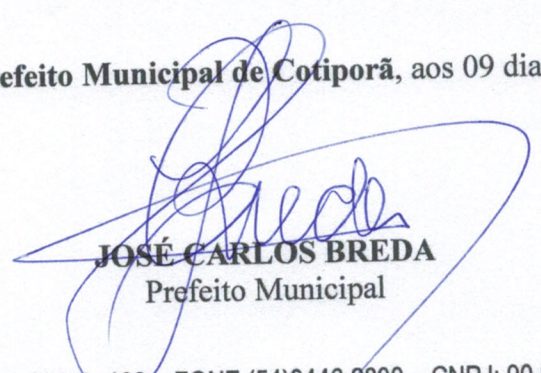
Art. 3º. Os índices para cálculo do IPTU e Taxas Correlatas são os constantes na Lei Municipal nº 2.431/15, de 04 de dezembro de 2015, Lei Municipal nº 2.509/16, de 16 de dezembro de 2016 e Lei Municipal nº 2.539/17, de 24 de abril de 2017.

Art. 4º. O calendário da arrecadação do referido Imposto e das Taxas Correlatas será estabelecido por Decreto Executivo.

Art. 5º. O Poder Executivo baixará os atos necessários à execução desta Lei.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotiporã, aos 09 dias de dezembro de dois mil e vinte e cinco.


JOSÉ CARLOS BREDÁ
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE COTIPORÃ *A Joia da Serra Gaúcha!*

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:

Projeto de Lei nº 089/2025, de 09 de dezembro de 2025.

Submetemos à elevada apreciação de V. Exas., o presente Projeto de Lei, que solicita autorização legislativa para a concessão de um desconto de 10% para o pagamento em cota única do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) referente ao exercício de 2026, com vencimento estipulado para até o dia 20 de março de 2026.

A presente proposição não se limita a uma mera liberalidade, configurando-se, na verdade, como uma estratégia de governança fiscal robusta e multifacetada. Seu principal objetivo é instituir um mecanismo eficaz de estímulo à adimplência e à arrecadação antecipada, o que trará benefícios diretos tanto para a gestão fiscal municipal quanto para a população como um todo. A concessão do desconto proposto atua como um incentivo financeiro concreto e imediato para o cidadão que honra seus compromissos tributários, possibilitando uma economia de 10% sobre o valor devido.

Essa medida não apenas estimula o planejamento financeiro familiar e empresarial, como também reconhece e premia o bom pagador, fomentando a sensação de justiça fiscal e valorizando a responsabilidade cívica.

Do ponto de vista da Gestão Municipal, a antecipação da receita proveniente do IPTU, assegurada pela atratividade do desconto, revela-se fundamental para o planejamento e a execução orçamentária. Além disso, a oferta do desconto atua como um poderoso instrumento para mitigar a inadimplência, o que resulta na diminuição da necessidade de ações de cobrança administrativa e judicial, as quais geram custos significativos ao erário municipal e sobrecarregam a máquina pública. Assim, evita-se a formação e o crescimento da dívida ativa, cujo processo de recuperação é, via de regra, moroso e dispendioso.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE COTIPORÃ
A Joia da Serra Gaúcha!

Certos da sensibilidade e da visão estratégica de V. Exas., colocamo-nos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários e contamos com o apoio para a aprovação desta relevante matéria.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotiporã, aos 09 dias de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

Atenciosamente,



JOSÉ CARLOS BREDÁ
Prefeito Municipal